



INFLUÊNCIA PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NO NÍVEL ESCOLAR: estudo para a cidade de Turvolândia

Luis Gustavo A. CAMPOS¹; Nathalia L. C. BRANT²; Katia A. CAMPOS³

RESUMO

Programas de distribuição de renda existem em todo o mundo, alguns, semelhante ao Bolsa Família, apresentam condicionantes, por exemplo a frequência dos filhos em idade escolar é uma das exigências para se manter no programa. Buscou-se verificar se esta condicionante, embora não garanta a aprendizagem, pode ajudar no descompasso idade/série dos alunos concluintes do ensino fundamental e médio, da cidade de Turvolândia MG, em 2014. A aprovação foi influenciada pela participação no programa.

INTRODUÇÃO

O atraso escolar se dá por diversas causas. Atualmente existem estudos, dentre eles de Benatti (2014), que comprovam ser decrescente desde o início da década de 90, mas de forma diferenciada em cada ciclo de ensino, fundamental ou médio. E, coincidentemente ou não, é desta mesma época a ampliação de investimentos em programas de distribuição de renda, no Brasil.

Os programas de distribuição de renda com condicionantes para a frequência escolar iniciaram, no Brasil, em 1994 com o Bolsa Escola, do Distrito Federal. Em 2001, por meio da Lei n. 10.291 regulamentada pelos Decretos n. 3823/2002 e 4313/2002 foi federalizado e passou a ser conhecido como Bolsa Escola Federal.

¹ Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais – Câmpus Machado. Machado/MG - E-mail: lgka@gmail.com. Bolsista de Iniciação científica Fomento Interno

² Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais – Câmpus Machado. Machado /MG. E-mail: nathalia.brant@ifsuldeminas.edu.br

³ Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais – Câmpus Machado. Machado /MG. E-mail: katia.campos@ifsuldeminas.edu.br

Em 2003, o Bolsa Escola Federal foi unificado, juntamente com o Bolsa Alimentação e o Auxílio Gás, no atual Programa Bolsa Família (PBF) pela Lei n. 10836/2004 que foi regulamentada pelo Decreto n. 5209/2004. O PBF unificou também as ações dos Governos Federal, Estadual e Municipal em um único programa de transferência direta de renda por meio de convênios. (BICHIR, 2010).

Desde o século XX em todos os países do mundo, os programas de proteção social, estão sendo adotados para combater as desigualdades de renda e pobreza, devido a dois fatores basicamente, o aumento dos desfavorecidos e o reconhecimento que mesmo com o crescimento econômico sustentável. Assim programas de transferência de renda podem auxiliar, pois representam uma ajuda direta, ao transferir poder aquisitivo; possibilitar o acúmulo de capital humano; permitir ao beneficiário maior autonomia e levar a uma adequação contínua, entretanto, como não é um direito social, pode ser descontinuado e até ampliado (CACCIAMALI, TATEI e BATISTA, 2010).

Existem diversos tipos de programas de proteção social, alguns deles são condicionais, isto é, a ajuda monetária é obtida após o cumprimento de algumas condições, a ideia central dos programas de transferência de renda condicionados, é a quebra do círculo vicioso da pobreza no longo prazo com a elevação dos rendimentos da família ao possibilitar que crianças e adolescentes consigam melhoria nas condições de trabalho, alcançada por meio de acesso a um maior nível de escolaridade. Entretanto, a quebra deste círculo se iniciaria com a ajuda monetária, no curto prazo, sem a qual as famílias pobres, não conseguiriam evitar o trabalho infantil, nem elevar a frequência escolar e conseqüentemente indicadores como permanência na escola e defasagem idade-série (RIBEIRO e CACCIAMALI, 2012).

O PBF caracteriza-se por ser um programa de transferência direta de renda com vários condicionantes, mas principalmente em relação à educação, pretende, ao atrelar o recebimento do auxílio monetário à frequência dos filhos à escola, que as crianças e os adolescentes não ingressem antecipadamente no mercado de trabalho e ainda que suas permanências no sistema educacional possibilite acesso a melhores rendimentos na idade adulta.

Muito embora a garantia da frequência escolar possa gerar oportunidades de constante aprendizagem não existe uma relação de causa direta entre a frequência às aulas e a aprendizagem que tem como efeito a aprovação, que poderia diminuir o

número de anos para a conclusão do ensino básico, que segundo Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio pouco mais da metade dos discentes concluem o ensino médio na idade esperada (BENATTI, 2014).

O objetivo com esse trabalho foi mapear a realidade estabelecida na cidade de Turvolândia, cidade da microrregião de Alfenas situada no sul de Minas Gerais, quanto ao nível e desnível segundo a idade nas fases terminais do ensino médio e do ensino fundamental, de forma a verificar se este programa é efetivo, ao exigir a frequência, na progressão no sistema educacional, quantificados principalmente por meio do estudo de dois índices, o percentual de aprovação e o desnível entre idade e série cursada; por meio da comparação dos dados estimados para os beneficiários do programa Bolsa Família, considerado grupo de tratamento, e para os não beneficiados, considerado grupo de controle.

MATERIAL E MÉTODOS

Buscou-se em um primeiro momento, construir um banco de dados com informações obtidas nas Secretarias de Educação, Ação Social e da Escola Nossa Senhora da Piedade do município de Turvolândia, situado no sul de Minas Gerais, no ano letivo 2014.

Na secretaria de educação, levantou-se o número de alunos atendidos pelo município e estado, número de escolas do município nos níveis de ensino. Na secretaria escolar, buscou-se fazer o censo dos discentes concluintes do Ensino Fundamental (nono ano) e Médio (terceira série). A escolha da população do estudo foi estabelecida nestes anos, pois representam respectivamente os anos finais de cada etapa da escolarização, ensino básico e médio. Tal escolha se justifica, pois mesmo em sistemas de estudos por ciclo é onde a retenção pode ocorrer. Além do número de alunos nestas séries foram coletados os dados referentes ao perfil do aluno: data de nascimento, gênero, local de moradia e etnia. Informações sobre a turma em que estava matriculado, turno de estudo e frequência, a informação dos que participavam no Programa. Ainda, dados que compõe o processo educacional além da frequência, como desistência e aprovação/reprovação. E a Secretaria de Assistência Social do município foi procurada para o fornecimento do período inicial do recebimento do benefício da relação dos discentes obtidas junto à escola.

Foi calculada a idade em anos, o tempo de bolsa em meses e a variável D, que relaciona a idade cursada e a série conforme metodologia adaptada dos procedimentos adotados por Machado e Gonzaga (2007).

Com o intuito de avaliar a influência de ser beneficiário do PBF nos indicadores educacionais (aprovação e atraso idade-série cursada) foram realizados testes de associação cujo estimador escolhido foi o Coeficiente de Contingência de Pearson (C^*), que é baseado na comparação das frequências absolutas observadas e esperadas que tivessem no caso de independência entre as variáveis. Este coeficiente toma valores entre 0 e 1, exclusive. A estimativa nula corresponde à independência e valores diferentes indicam associação entre as variáveis.

O coeficiente de contingência de Pearson foi estimado de forma a estudar a associação entre as variáveis independentes, tais como gênero, local de moradia, aprovação/reprovação no final do ano de 2014 e atraso escolar.

Foram também estimadas as estatísticas descritivas e todos os cálculos foram realizados em planilhas eletrônicas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Turvolândia recebeu em 2014 pouco mais de meio milhão de reais do programa Bolsa Família que contava em 2014 com 221 pessoas cadastradas, segundo o Portal Transparência (BRASIL, 2015).

Estavam matriculados 964 alunos em todos os níveis de ensino distribuídos em 12,7% na pré-escola, 69,0% no Ensino Fundamental e 18,3% no Ensino Médio, sendo que a escola escolhida é a única escola de educação básica do município. Em consulta a secretaria escolar obteve-se os dados de matrícula de onde foi selecionada a população em estudo que representou 20,8% e 35,0% dos discentes estava matriculados respectivamente no nono ano do Ensino Fundamental e terceiro ano do Ensino Médio.

A idade média destes alunos é de 15,6 anos e 18,1 anos, respectivamente para os dois níveis de ensino, estando assim em média todos dentro do esperado para a idade de conclusão.

O tempo médio de participação do PBF é 119 meses, representando quase 10 anos de inclusão no programa, isto significa que 45,45% dos beneficiários já estavam cadastrados antes da unificação dos benefícios pela Lei 110836/2004 que foi regulamentada pelo decreto 5209/2004 (BICHIR, 2010).

Quanto a ser beneficiário do Programa são 42,4% bolsistas. A maioria dos matriculados em ambas as séries são do sexo feminino (57,9%), moram na zona urbana (59,5%) estão no nono ano (53,4%) e estudam no turno diurno (86,5%). Apenas alunos do terceiro ano do ensino médio estudam no período noturno.

Outro fato digno de nota é o percentual da etnia declarada, apenas 3% não se declararam brancos.

Foram estudadas a existência de associação entre ser ou não bolsista e as outras variáveis em estudo, como o coeficiente de associação de Person (C^*) e as variáveis: gênero, local de moradia, série, turno de estudo e o resultado final quanto à aprovação. Apenas para o gênero não foi confirmada associação ($C^*=0,07$), este resultado já era esperado, visto que, a participação no Programa não é condicionada ao gênero dos filhos.

Das associações esperadas, como turno de estudo e série cursada foram confirmadas com estatísticas do coeficiente de associação de Person respectivamente 0,26 e 0,29; isto equivale a afirmar que a maioria dos bolsistas estava em 2014, no turno diurno e no nono ano do ensino fundamental.

Existe uma associação grande em ser morador da zona rural e ser bolsista ($C^*=0,39$). Dentre a população em estudo 40% é da zona rural e destes 56,7% são bolsistas contra 28,2% da zona urbana.

Mesmo não tendo avaliado a qualidade do ensino, o número de reprovados foi estudado, existindo associação entre ser bolsista e ser aprovado ($C^*=0,31$) em números absolutos foram 11 os reprovados de toda a população em estudo e todos eles não bolsistas. Fahel et al. (2012) ao estudar a influência do PBF no número de matrículas no estado de Minas Gerais, concluíram que programas de transferência de renda são estratégias, que embora apresentem efeitos positivos na universalização da educação, não bastam, pois devem estar atrelados a outras ações interligadas a outras políticas sociais específicas de alavancagem social e econômica dos mais pobres. Ações como as desenvolvidas em períodos extracurriculares, atividades artísticas, culturais, profissionalizantes e esportivas.

As análises da tendência mostraram que quanto maior o tempo de bolsa menor a idade dos alunos, mas como existe a condicionante da idade para a matrícula inicial na escola não é possível estimar a idade em função do tempo de bolsa. De forma oposta a tendência entre o tempo de bolsa e o desnível, é crescente, isto é quanto maior o tempo de participação no programa maior o índice O desnível foi de 17,9% apenas, diferentemente do que acontece no Brasil. Sendo que destes 62,5% não são bolsistas. Outro fato que merece destaque é que enquanto foi encontrada fraca associação entre ser bolsista e estar no nível

($C^*=0,05$) para o nono ano, esta associação é encontrada para o terceiro ano ($C^*=0,26$), e todos os bolsistas desta série estão no nível.

CONCLUSÃO

É notório que há significativa influência do PBF na garantia da permanência no processo educacional. A condicionalidade da frequência do estudante na instituição de ensino também permite refletir, que mais do que o cumprimento desta condicionalidade, a necessidade do recebimento do Programa é importante para as famílias. Além da garantia da permanência, de acordo com os dados estudados é possível afirmar que a participação no PBF influenciou na aprovação dos estudantes do município de Turvolândia no ano de 2014.

AGRADECIMENTOS

Ao IFSULDEMINAS, *campus* Machado, pela concessão da bolsa de iniciação científica. Às pessoas envolvidas na construção do banco de dados necessária para a conclusão deste artigo da Secretaria de Educação, de Ação Social e da Escola Nossa Senhora da Piedade do município de Turvolândia,

REFERÊNCIAS

- BENATTI, B. Apenas 54,3% dos jovens brasileiros concluem o Ensino Médio até os 19 anos. **Todos pela educação** web, 2014, <http://www.todospelaeducacao.org.br/sala-de-imprensa/releases/32164/apenas-543-dos-jovens-brasileiros-concluem-o-ensino-medio-ate-os-19-anos/> <acesso 07/08/15>
- BICHIR, R. M. O Bolsa Família na Berlinda? Os desafios atuais dos programas de transferência de renda. **Novos estudos – CEBRAP**, São Paulo, n. 87, p. 115-129, jul./2010.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. **Programa Bolsa Família. Condicionalidades de Educação**. jun./2014. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/condicionalidades/gestao-de-condicionalidades/condicionalidades-de-educacao%20>>. Acesso em: 22/06/2014
- CACCIAMALI, M. C.; TATEI, F.; BATISTA, N. F. Impactos do programa Bolsa família federal sobre o trabalho infantil e a frequência escolar. **Revista Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 12, p. 269-301, maio/ago. 2010.
- FAHEL, M.; CANAAN, M.; CABRAL, B.; BAHIA, M. O impacto do Bolsa Família na inclusão educacional: análise da matrícula escolar em Minas Gerais. **Ser Social**, Brasília, v. 14, n. 30, p. 98-126, jan./jun. 2012.
- MACHADO, D. C.; GONZAGA, G. O impacto dos fatores familiares sobre a defasagem idade-série de crianças no Brasil. **Revista Brasileira de Economia**, n.61, p. 449-476, 2007.
- RIBEIRO, R.; CACCIAMALI, M. C. Impactos do Programa Bolsa Família sobre os indicadores educacionais. **Economia**. v. 13, n. 2, p. 415-446, mai/ago 2012.